

## Heterotopias urbanas e a ideia das *Smart Cities* (con)formando cidades e os interesses da sociedade

*Urban heterotopias and the idea of smart cities (con)forming cities and the interests of society*

*Heterotopias urbanas y la idea de las smart cities (con)formando ciudades y los intereses de la sociedad*

CARRILHO, André Luis

Mst. Em Arq e Urb, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, carrilho.and@unochapeco.edu.br

SEGNOR, Cassia Regina2

Mestranda em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, cassiasenor@gmail.com

SCHEFFER, Laura Nienow3

Arquiteta e Urbanista, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, lauranscheffer@unochapeco.edu.br

### RESUMO

O trabalho aqui apresentado desenvolve uma problematização foucaultiana através de uma cartografia social que em aproximação das cidades na contemporaneidade associa os termos utopia, distopia e heterotopia, através de reflexões de como estes conceitos vem se estabelecendo na leitura das espacializações e socializações no contexto histórico, que resultam nas apropriações e formação da cidade. Demonstra a relação das cidades em utopia e/ou distopias (Brasília), bem como uma pode se aproximar da outra no se fazer cidade. Apresenta o caso de Chapecó, cidade do oeste de Santa Catarina, observando seu desenho e seu recente desenvolvimento, com isso se fundamenta um diagnóstico qualitativo que segue diferentes ramificações, passeando desde o histórico urbano da cidade até a influência das classes sociais mais abonadas na verticalização das áreas centrais do município e as consequências que estas decisões urbanas podem acarretar. Em tempo, faz-se menções às *Smart Cities* como uma possível solução, ainda que de caráter questionável e delicado, às adversidades encontradas na urbe fomentadas pelos preceitos distópicos de sociabilidade e territorialidade.

**PALAVRAS-CHAVES:**urbanismo, heterotopia, medievalidade, Smart City.

### ABSTRACT

The work presented here presents a Foucaultian problem through a social cartography that occurs in contemporary cities associated with the term utopia, dystopia and heterotopia, later reflections of how these concepts have been established in the reading of spatializations and socializations in the historical context, which results in appropriations and formation of the city. It shows a list of cities in utopia and / or dystopias (Brasília), as well as can be approximated to another in the case of city. It presents the case of Chapecó, a city in the west of Santa Catarina, observing its design and its most recent development, based on a qualitative diagnosis that follows different ramifications, going from the city's urban history to the influence of the most wealthy social classes in the region. verticalization of the central areas of the municipality and as consequences that these urban decisions can adopt. In progress, he mentions smart cities as a possible, albeit questionable and delicate, solution to the adversities detected when they are fostered by the dystopian precepts of sociability and territoriality.

**KEY WORDS:** urbanism, heterotopia, medievality, Smart City.

## RESUMEN

El trabajo presentado aquí presenta un problema foucaultiano a través de una cartografía social que ocurre en ciudades contemporáneas asociadas con el término utopía, distopía y heterotopía, reflexiones posteriores de cómo se han establecido estos conceptos en la lectura de espacializaciones y socializaciones en el contexto histórico, lo que resulta en apropiaciones y formación de la ciudad. Muestra una lista de ciudades en utopía y/o distopías (Brasil), así como puede ser aproximada a otra en el caso de la ciudad. Presenta el caso de Chapecó, una ciudad en el oeste de Santa Catarina, observando su diseño y su desarrollo más reciente, basado en un diagnóstico cualitativo que sigue diferentes ramificaciones, pasando de la historia urbana de la ciudad a la influencia de las clases sociales más ricas de la región. verticalización de las áreas centrales del municipio y como consecuencias que estas decisiones urbanas pueden adoptar. En progreso, menciona las ciudades inteligentes como una posible, aunque cuestionable y delicada, solución a las adversidades detectadas cuando son fomentadas por los preceptos distópicos de sociabilidad y territorialidad.

**PALABRAS CLAVE:** urbanismo, heterotopía, medievalidad, Smart City.

## 1 INTRODUÇÃO: DISTOPIAS E UTOPIAS COMO REFLEXÃO SOBRE A COMPLEXIDADE DAS CIDADES

A distopia começou a ter força na arte no início do século XX, onde impulsionou-se na literatura e cinematografia, consagrando grandes nomes e com obras que perduram em destaque. Com a globalização do universo fictício distópico, foi possível notar que certas características preponderantes presentes nos filmes e nas páginas de livros não estão tão distantes da realidade de nossas cidades e da nossa sociedade como gostaríamos de crer. O universo que antes tínhamos como irreal bate à porta da realidade urbanística da contemporaneidade, e tudo isso é resultado de inúmeros agentes provindos tanto de séculos de decisões tomadas por soberanos quanto a uma população que almeja a heterotopia<sup>1</sup>, mesmo que inconscientemente ou não familiarizada com o termo.

Em utopias e distopias, a cidade é um grande meio que viabiliza as relações entre as pessoas e espaço. Independentemente da época em que foram concebidas, as cidades utópicas apresentam em comum a premissa da modificação do homem através da modificação do espaço (FIGUEIREDO, 2011, p. 119). Ao contrário, naquelas distópicas, a relação da cidade com as pessoas firma-se como uma dominação social, o espaço não é objeto de socialização e sim de controle e poder. Fatalmente, a interdependência entre ambas sempre vai existir, ou melhor, a utopia, tida como sociedade ideal, já se tornou repleta de distopias.

A complexidade da sociedade atual, vinculada às transformações em âmbito social e político, exigem uma reflexão quanto ao conceito ideal de cidade. As características autoritárias que refletem uma



sociedade desigual, são, muitas vezes fomentada pela hegemonia de determinadas classes, culturas e gêneros impostos à urbe<sup>2</sup>. Para Montaner (2017):

uma série de mudanças significativas caracterizam, atualmente, circunstâncias bastante distintas daquelas em que se encontravam as vanguardas do século XX, que podemos resumir em três: os grandes movimentos migratórios atuais no contexto das sociedades pós-coloniais, o impacto das redes e das relações de simultaneidade criado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, e os graves problemas ecológicos que se concentram em fenômenos como mudanças climáticas e o aumento dos desastres e da poluição. (MONTANER, 2017, p. 17)

Nesse contexto, pode-se dizer que uma utopia tende a anteceder uma distopia. Se no século XVIII, as utopias sócio-políticas sustentadas pelo Iluminismo<sup>3</sup> ganharam força, em contrapartida nos séculos seguintes esses mesmos ideais foram questionados. Com as promessas insustentáveis, a ineficácia do movimento abriu precedentes para o surgimento das distopias como uma crítica à ordem vigente.

## 2 MEDIEVALIDADE COMO UMA DISTOPIA NA CONTEMPORANEIDADE

A cidade medieval traz à mente os paradoxos, as exclusões e segmentações que sempre estiveram associados às estruturas das cidades e à organização urbana (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 107). Esse enclave pode ser exemplificado na contemporaneidade pelos condomínios fechados, espaços polarizados e de caráter excludente, que procuram romper sua conexão com o entorno. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se distanciam daquela parcela populacional cujo contexto, principalmente, financeiro é distinto, eles necessitam de sua mão de obra, para manutenção dos serviços básicos. Na cidade medieval, esse mesmo exemplo remete aos feudos e seus muros.

É dessa forma que as consequências mais importantes do urbanismo medieval para a compreensão das cidades contemporâneas estão ligadas ao conceito de liberdade (ALSAYYAD e ROY, 2009, p.112). Ele traz à tona dois importantes aspectos de comparação: o domínio da liberdade em função do território urbano e/ou da lei e o poder fragmentado em classes. Para Alsayyad e Roy (2009, p.125), “essas formações espaciais de tipo medieval expressam identidades e aspirações modernas, tais como o direito à produção do espaço, ou a promessa de democracia e prosperidade econômica”.

## ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



As novas ideias para a cidade moderna foram impulsionadas nos debates em torno dos padrões desejáveis para produção do espaço urbano do final do século XIX e início do século XX. Todas essas intervenções higienizadoras e embelezadoras tornam-se o impulso dos utopistas em resolver os novos problemas das cidades nos anos 1900, cuja intensa e rápida urbanização configurou-se como um sério problema sócio territorial no Brasil.

Essas interferências urbanísticas denotam principalmente à década de 60 e 70, marcada pelo aumento da informalidade habitacional e também pelas políticas setoriais articuladas pelos planos diretores. Surge assim, o zoneamento como um instrumento para hegemonizar o espaço urbano e efetivar um modelo de cidade ideal. Todavia, esses recursos tornam-se ineficientes a medida em que os problemas reais da cidade são ignorados. A urbe é vista através de um viés tecnocrático, na qual busca-se apenas obter, através destas leis, seu ordenamento e controle, sem levar em consideração os conflitos e as desigualdades urbanas.

Ainda na década de 70 esse planejamento urbano tradicional começa a ser questionado, em decorrência principalmente dos movimentos populares sociais urbanos e o fim da Ditadura Militar. Esses episódios foram responsáveis por uma nova regulamentação da política urbana, explicitada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Segundo Rolnik (2000, p.07), “dessas experiências surgiu o desenho de um conjunto de novos instrumentos urbanísticos, que partem da ideia de ser a cidade um palco de conflitos, pressupondo a construção permanente de um espaço público de mediação e negociação”.

Apesar desse amadurecimento, o urbanismo atual é diagnosticado como um período de aprofundamento das exclusões, expondo as controvérsias do direito e da democracia. As habitações informais, das quais surgem a partir de ocupações irregulares que vão na contramão do planejamento urbano, são exemplos da negligência do estado em oferecer infraestruturas básicas à população. Essa é a chamada cidade dual<sup>4</sup>, em que de um lado há os que estão conectados e do outro àqueles que foram desligados e tornados redundantes.

É nessa atmosfera distópica, de informalidade e exclusão, que surge o conceito que Agamben (2004) chama de estado de exceção<sup>5</sup>. Os processos de gentrificação também se apresentam como facilitadores das segregações urbanas, uma vez que seu discurso de bem-estar coletivo, as melhorias de cunho social, cultural e econômicas, na verdade, motivadas pelo interesse privado em função da especulação imobiliária.



**PROJETAR**  
GRUPO DE PESQUISA EM  
PROJETO DE ARQUITETURA  
E PERCEPÇÃO DO  
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRPR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE  
POSITIVO

Todos esses espaços produzidos, direta ou indiretamente, convergem para as heterotopias. Uma sociedade sempre irá produzir heterotopias, uma vez que nesses “outros espaços” é que estão evidenciados os conflitos empreendidos pelas relações de poder do corpo social. Esses sítios, de organização mais autônoma e múltipla, estão conectados a todos os outros, porém partem de suas próprias concepções ou a partir de contraposições. “As heterotopias serão justamente essas formas de ressignificação e reapropriação que garantem a sobrevivência e a reprodução daqueles que produzem e usam o espaço, com todas as suas contradições e conflitos de interesses” (RAMOS, 2010, p. 07).

### 3 O CASO DA CIDADE MÉDIA QUE PODE CAMINHAR À MEDIEVALIDADE

As cidades utópicas e distópicas surgiram majoritariamente como resultado de mudanças políticas e administrativas de uma organização social. Os planos diretores, como explanado anteriormente, foram inábeis na resolução dos principais problemas da cidade como coletivo e tiveram grande responsabilidade na distribuição dissonante da malha urbana, o que conseqüentemente trouxe à tona as cidades brasileiras como conhecemos na contemporaneidade. Chapecó, cidade destaque no setor agroindustrial do oeste catarinense, não foi exceção.

Polo regional desde o início de sua colonização, Chapecó se desenvolveu principalmente na década de 70 com o incentivo estatal provindo do interesse da expansão agrária. Neste movimento, recebeu complexos industriais que demandavam mão-de-obra, o que gerou fluxos migratórios. A demanda de empregos resultou em um aumento de 11% da população urbana, segundo o IBGE, no período de uma década (1970 a 1980) e a oferta que era abundante acabou mostrando-se escassa em relação à fração de novos moradores emergindo no oeste, instaurando-se assim problemas sociais que persistem correlacionados ao espaço urbano até hoje (RECHE, 2017).

O ordenamento e a democratização da malha urbana não foram resolvidos com o passar de quatro planos de desenvolvimento e hoje Chapecó padece da mesma dinâmica que muitas metrópoles, onde as classes com menor poder aquisitivo encontram-se em áreas periféricas com o aval e estruturação de um plano diretor falho, enquanto os centros urbanos encontram-se cada vez mais verticais e adensados devido a influência de agentes externos à mercê de interesses imobiliários.

Nuances de um sistema plutocrático<sup>6</sup> podem ser observadas dado que as classes mais abastadas gozam de certo domínio dentre as decisões tomadas no âmbito urbano. Esta prevalência cria uma

## ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



imagem desleal de cidade utópica para aqueles que têm recursos, embora para a urbe em sua integralidade a distopia esteja iminente. Se pensamos no progresso de apenas uma área ou grupo econômico e esquecemos da parcela restante da população e/ou cidade, a utopia de um ambiente urbano perfeito não perdura, pois os empecilhos e os distúrbios tanto sociais quanto espaciais se revelam, como é o caso de Brasília, nossa capital.

Brasília era o projeto de “cidade moderna” que viria interligada à mudança política e administrativa da capital, então deslocada ao interior brasileiro. Localizada em uma área isolada geograficamente e com escassos investimentos, desde o projeto à sua execução vários fatores foram ignorados ou não foram ponderados, resultando na capital que conhecemos hoje em dia (Figura 01) e nas cidades-satélites (Figura 02) adjuntas a ela, formadas pelos trabalhadores de baixa-renda que tiveram demasiada importância em sua construção. Sendo assim, Brasília pode ser considerada um grande exemplo do pensar heterotópico, visto que, embora a cidade possua sua própria individualidade e significância, nunca conseguiu se desprender da parcela da população que a ergueu; no caso, a verdadeira imagem do Brasil, com todas as suas diferenças sociais explicitadas no próprio território.

Figura 01: Eixo Monumental de Brasília



Fonte: Alex Soares de Oliveira, 2017.

Figura 02: Gama, uma das cidades-satélites de Brasília



Fonte: Gabriel Jabur, 2016.

Brasília depende até hoje dos trabalhadores que não puderam permanecer na cidade utópica que construíram, revelando o dualismo existente na sociedade de nosso país e provando que a utopia de perfeição de Brasília acaba em seus limítrofes, pois dois passos para fora a realidade é distinta do ideal modernista pregado.

Embora tão longe geograficamente e em importância, a situação de Brasília não é dissemelhante a situação de Chapecó e outras cidades do Brasil, com a exclusão das classes mais baixas dos centros da cidade. Com os índices urbanísticos crescentes, Chapecó logo possuirá um centro urbano saturado com condições adversas ao funcionamento fluído da cidade ideal e democrática a todos seus moradores.

Tais possibilidades representam o impacto da urbanização impensada e da individualidade do espaço urbano apenas àquela parcela que pode tomar as decisões por todos, quanto a sua organização territorial e restrição social. É enfático dizer que a “capital” do oeste catarinense cresceu muito mais com o intuito de desenvolvimento econômico do que propriamente social ou de bem-estar à sua população. E esse crescimento, sobretudo nas áreas adjacentes da cidade, é uma realidade persistente até hoje.

Apesar de todos os fatores negativos resultantes do processo de urbanização chapecoense, não há como negar que resquícios de um ordenamento prudente ainda persistem em meio aos índices

exorbitantes se comparados a cidades de características e população similares. Parte da Getúlio Vargas (Figura 03), sua principal Avenida, resiste com seus prédios decenários e de alturas equivalentes, mas o questionamento que se levanta é: até quando?

A cada dia despontam no centro da cidade novos prédios com alturas exorbitantes, que trarão uma sobrecarga na infraestrutura geral que não foi considerada e/ou analisada em vista da valorização capital de cada lote e empreendimento. Decrescendo conforme aproximação aos bairros, é irrefutável e compreensível que o interesse seja concentrar empreendimento de alto padrão no lugar com a melhor disponibilidade de serviços. Porém, a eclosão destas inúmeras edificações poderá aflorar questões de insalubridade, falta de conforto ambiental, problemas nas redes pluviais e fluvial e, claro, um sistema viário ineficiente, devido à concentração em excesso dessas novas edificações nas três principais avenidas de Chapecó (Getúlio Vargas, Fernando Machado e Nereu Ramos), que conectam o único terminal urbano ao restante dos bairros.

Figura 03: No centro da imagem a Avenida Getúlio Vargas, ainda mantém como característica os edifícios debaixo porte.

Enquanto nas adjacências, já é perceptível o crescimento dos pavimentos nas novas construções, influenciados pelos índices urbanísticos mais permissivos.



Fonte: Chapecó Online, 2018.

Cabe a reflexão do caminho ao qual estamos levando as nossas cidades nos dias de hoje e de que modo estamos trabalhando o desenvolvimento destes espaços. Visto que o mercado imobiliário

crece de maneira desenfreada em muitas das cidades médias brasileiras, é necessário pensar em conjunturas que possam fazer a conversa entre o capital privado e o público, de modo que o futuro destes lugares não pendam para uma distopia, mas sim uma realidade onde áreas urbanas marginalizadas consigam encontrar sua conexão com o restante da malha urbana.

#### 4 CIDADES INTELIGENTES/SMART CITY COMO OPORTUNIDADE PARA AS HETEROTOPIAS URBANAS

O principal desafio das cidades do século XXI está relacionado ao aumento populacional e por consequência sua reorganização sócio espacial. É preciso reconhecer as particularidades de cada cidade para melhor gerenciá-la, uma solução comum é inaplicável a todas as realidades urbanas e isso só é possível com a participação massiva dos diversos atores que fazem parte desta esfera, bem como mudanças estruturais na gestão e no planejamento.

Como as alterações na “cidade tradicional atual” são imediatas, faz-se necessário pensar e desenvolver novas estratégias para concretizá-las. Se a tecnologia, advinda do século passado, conseguiu resolver – em maior ou menor escala – as problemáticas urbanas, no século XXI essa mesma eficácia é questionável.

Nesse viés, de integração entre gestão e planejamento, as chamadas Cidades Inteligentes ou *Smart Cities*, personificam-se como uma nova oportunidade de cunho heterotópico no que concerne às transformações das cidades estreitando sua relação com as pessoas. Com políticas ativas que utilizam tecnologia para melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura urbana, o intuito é tornar as cidades mais eficientes e sustentáveis. “Nesse sentido, pode-se entender a cidade inteligente como sendo a cidade ideal, um paradigma ainda a ser atingido pela maioria esmagadora das cidades”, segundo LEE e HANCOCK (2012) *apud* AMORIM (2016, p. 484).

Contudo, essa solução representa uma linha tênue entre a utopia e a distopia. Do ponto de vista da vida urbana, as Cidades Inteligentes “acabam por criar uma triagem social, classificando os cidadãos oficialmente de acordo com seu poder econômico e limitando acesso à áreas urbanas” (DE LANGE e DE WAAL, 2013 *apud* SOUZA 2015, p. 14).

Figueiredo (2007, p.10) menciona que “em troca da segurança os próprios indivíduos estão dispostos a abrir mão de suas liberdades (...) A alienação e a supressão de liberdades são constantes nas

distopias”. Características como a vigilância estatal ou privada excessiva como argumento de segurança implicam em um cuidado maior nas *Smart Cities*.

Mesmo em utopias, existem limites individuais impostos pelo Estado para garantir harmonia e igualdade entre as pessoas. O que deve ser levado em consideração é o limite desse controle de liberdade, visto que de forma imperceptível ele pode se tornar uma maneira de domínio de uma parcela da sociedade sobre a outra.

A urgência em pensar numa produção do espaço urbano diferente, reflete em buscar uma nova percepção de caráter positivo para as heterotopias. Inseparáveis das cidades atuais, elas devem ser repensadas e reproduzidas “como espaços onde a organização política, as decisões que dizem respeito ao coletivo e a seus indivíduos, a rigor, as relações de poder, sejam diferentes das que conhecemos, sejam outras, sejam livres” (RAMOS, 2010, p. 13). Para JÚNIOR (2004, p. 155), “o desafio é promover heterotopias para demercantilizar os espaços públicos urbanos e criar articulações e unidades dentro dos diferentes grupos heterotópicos, (...) respeitando ações coletivas direcionadas ao direito à cidade em sua plenitude.”

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade real dificilmente estará livre das arbitrariedades de seus indivíduos, mas é exatamente isso que deverá ser o condutor de uma recorrente busca pelo desenvolvimento social, territorial e humano. “A igualdade, em uma sociedade autônoma, que admite diferenças e oposições, significa autonomia estendida a todos, participação de todos na determinação e “execução” das leis, negociação das “diferenças”, igual participação no poder, logo, exige liberdade” (RAMOS, 2010, p. 13).

A contemporaneidade tem desafios cada vez mais complexos que envolvem deslocamentos, a produção de alimentos e os impactos ecológicos, suas múltiplas manifestações culturais, étnicas, ideológicas, de gênero e crenças além de sociabilizações em espacialidades cada vez mais adensadas sobretudo na superpopulação das urbanidades e suas migrações. Contar com as tecnologias para melhor gestão dessas variáveis com o propósito de diminuir as injustiças respeitando as diferenças envolve o que podemos chamar de heterotopia, e em relação a articulação foucaultiana isso só tem como ser produzido na sua própria problematização e participação. Os conceitos não muito definidos do que se entende por Cidades Inteligentes/*Smart Cities* têm relação direta a isso, como aponta

Montaner (2017) sobre a importância das novas tecnologias de informação e comunicação, com destaque significativo para a simultaneidade desses processos.

Essa investigação observa uma relação muito estreita sobre idealização de cidades utópicas e as relações de controle e poder que podem desenvolver as distopias quase sempre demonstradas nas suas extremidades em expressões mais artísticas como literatura e produções audiovisuais. A interpretação da ideia das *Smart Cities* vistas como metodologia, principalmente do ponto de vista de manuais e não como métodos ou ferramentas que se articulam, amadurecem e se adaptam, podem se transformar em mecanismos diretos para a promoção contrária às ideias de um processo em que a conectividade permite a ampla participação e harmonia das especializações da sociedade em organização no território. Assim como os planos diretores vêm sendo usados e interpretados para a produção de mais segregações e especulações imobiliárias, requer-se cautela e atenção para como é tênue o relacionamento dos três termos abordados nessa revisão analítica aqui apresentada como contribuição.

## 6 REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução: Iraci de Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004. 142 p.
- ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. *Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global*. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 105-128, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 de março de 2019.
- AMORIM, Arivaldo Leão de. *Cidades Inteligentes e City Information Modeling*. SIGraDi 2016, XX Congress of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Buenos Aires. 2016. 481-488 p.
- COELHO, Christiane Machado. *Utopias Urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto*. Natal: Revista Cronos, 2008. v.9 n.1, p.65-75.
- DE LANGE, M.; DE WAAL, M. *Owning the city: New media and citizen engagement in urban design*. First Monday, v. 18, n. 11, 2013.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas. *A cidade distópica como construção utópica: uma discussão sobre a cidade como objeto de comunicação*. Revista ECO-Pós, v. 14, n. 1, out. 2011. ISSN 2175-8689. Disponível em: <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/914](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/914)>. Acesso em: 30 março de 2019.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. *Utopias e distopias na comunicação: uma breve discussão sobre os modelos idealizados da comunicação*. 2º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em comunicação - PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2007. 14 p.
- JUNIOR, O.S. *Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey*. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, p. 146-157, 2014.
- MONTANER, Josep Maria. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Tradução: MARIA Luisa de Abreu Paz. São Paulo: editora G.Gili, 2017. 192 p.

# ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



RAMOS, Tatiana Tramontani. *Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias socioespaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro*. Polis: Revista Latinoamericana [Online]. Nº 27. 2010. ISSN-e 0718-6568. Disponível em: <<http://polis.revues.org/916>> Acesso em: 15 de abril de 2019.

RECHE, Daniella. *O Estado e a produção do espaço urbano de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980*. In: Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 597 p.

ROLNIK, Raquel. *Regulação Urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção*. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social - PUCCAMP. São Paulo. 2000. 19 p.

SOUZA, Madyana Torres de. *Unicidade: proposta para uma cidadania ativa no espaço urbano aumentado do bairro de Casa Amarela*. Recife. 2015. 63p. Tese (Bacharelado em Design). Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Conceito desenvolvido por Michel Foucault no texto “*Des espaces autres*”, de 1967. Foucault usa o termo heterotopia para descrever espaços que têm múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente

<sup>2</sup> Designação de um meio geográfico e social definido por uma grande concentração de população e uma enorme quantidade de serviços administrativos, comerciais, educacionais, profissionais, culturais. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/urbe/>> Acesso em Maio/2019.

<sup>3</sup> O *Iluminismo* foi um movimento intelectual do século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão e pregava maior liberdade econômica e política.

<sup>4</sup> A *Cidade Dual* é um conceito desenvolvido por Manuel Castells. Ver: CASTELL, Manuel: *La ciudad inafomacional*. Madrid, Alianza Editorial, 1995.

<sup>5</sup> Para Agamben, o *Estado de Exceção* não é um direito especial (como o direito a guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica define seu patamar ou seu conceito limite. Ver: AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 15.

<sup>6</sup> *Plutocracia*, segundo o Dicionário Online de Português, é uma forma de governo cujo poder e/ou predominância são conferidos aos ricos. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/plutocracia/>> Acesso em Maio/2019.

